



**DIA DA  
DEFESA NACIONAL**

# **OS JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS**

**Estudo no âmbito do DIA DA DEFESA NACIONAL 2021**

*Research Brief*



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

## Enquadramento

O Dia da Defesa Nacional (DDN) visa “sensibilizar os jovens para a temática da Defesa Nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República” [Lei do Serviço Militar, 1999]. Decorre nos Centros de Divulgação do Dia da Defesa Nacional (CDDN), sediados em unidades militares dos três ramos das Forças Armadas (FA). A comparência ao DDN é um dever militar para todos os cidadãos portugueses, a cumprir a partir do ano em que perfazem 18 anos de idade.

O presente documento visa apresentar uma síntese dos principais dados globais referentes à 17.ª edição do DDN, que decorreu entre maio e dezembro de 2021 em 32 centros de divulgação de todo o país, procurando fornecer aos principais intervenientes institucionais uma caracterização sociodemográfica dos jovens participantes, a avaliação que estes formulam sobre este dever militar, assim como o seu posicionamento face às FA, numa perspetiva institucional e profissional.

Do ponto de vista metodológico, importa dar conta que esta edição contou com a presença de 74 232

jovens, dos quais resultaram 70 489 inquéritos, correspondendo a uma taxa de cobertura de 95%. É também importante ressaltar que a edição de 2021, tal como a de 2020, foi caracterizada por alguns constrangimentos no seu funcionamento, decorrentes da pandemia de COVID-19. Efetivamente, nestes dois anos, a situação sanitária do país determinou períodos de suspensão do DDN que implicaram o adiamento do cumprimento do dever militar para um número significativo de jovens. Como consequência, na edição de 2021 participaram não só os jovens nascidos em 2002 convocados para comparecer entre maio e dezembro de 2021, mas também os nascidos em 2001 cuja comparência ao DDN em 2020 foi adiada atenta a suspensão das atividades então ocorrida. Estes elementos contextuais são relevantes para enquadrar a leitura dos dados apresentados, na medida em que podem ter alguma influência nos resultados obtidos em algumas variáveis ou na sua direta comparabilidade com os registados em edições anteriores. Neste aspeto, atendendo ao funcionamento também atípico da edição de 2020, optou-se por estabelecer a perspetiva comparativa com o ano de 2019.

---

## Ficha Técnica

### Título

Os Jovens e as Forças Armadas:  
Estudo no âmbito do Dia da Defesa Nacional – 2021

### Coordenação

Vasco Hilário  
António Ideias Cardoso

### Equipa de Investigação

Cláudio Costa Reis  
Ana Tinoco

### Apoio Técnico/Informático

Miguel Capela  
Pedro Nunes  
Hugo Valentim

### Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

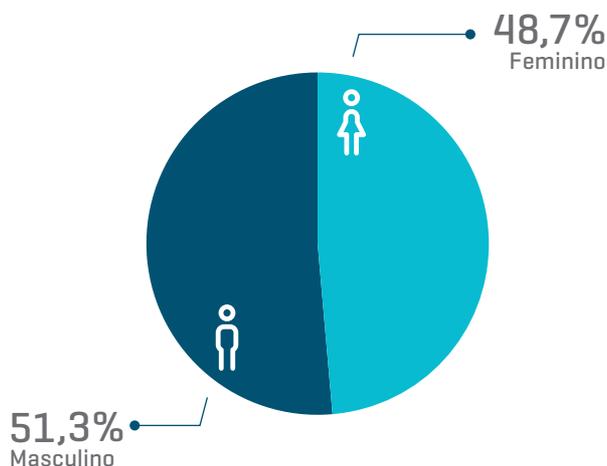
Av. Ilha da Madeira, n.º 1  
1400-204 Lisboa, Portugal  
www.dgrdn.pt

## Caracterização da população participante no Dia da Defesa Nacional

Inicia-se o presente documento apresentando alguns indicadores-base relativos a características sociodemográficas dos jovens participantes, na sua maioria da faixa etária dos 18-20 anos, procurando delimitar alguns traços constitutivos do seu perfil. Trata-se de uma matéria de grande relevância para a posterior compreensão dos contornos da relação dos jovens com as FA em sentido mais lato.

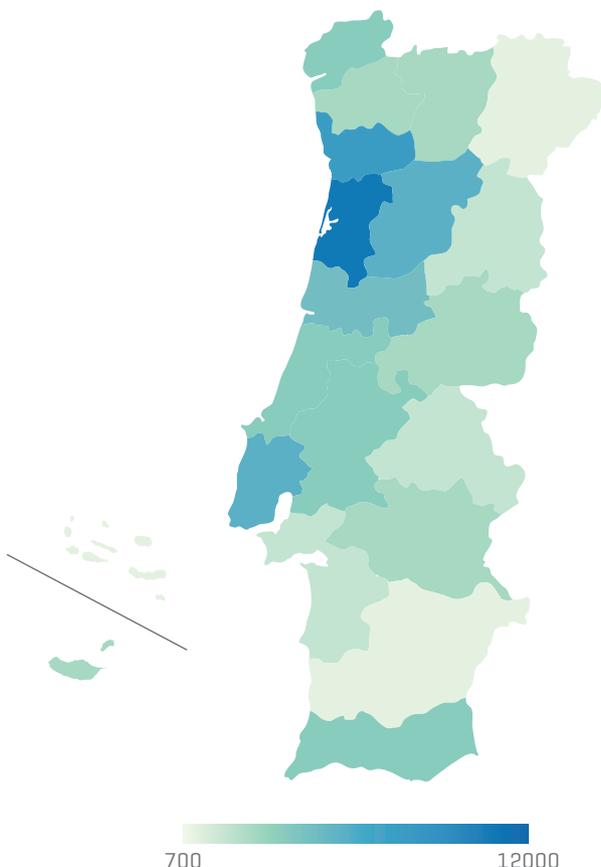
A distribuição dos respondentes por **sexo**, no ano de 2021, mostra-se relativamente homogênea, com uma distância de 2,6 pontos percentuais entre os jovens do sexo masculino e as jovens do sexo feminino [gráfico 1].

Gráfico 1  
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES NO DDN, POR SEXO.



Na figura 1, é possível observar a distribuição dos jovens participantes no DDN por **distrito de residência** no ano de 2021. Contrastando com edições anteriores, nesta edição é o distrito de Aveiro que apresenta um maior número de residentes inquiridos (N=10605). Em segundo lugar figura o distrito do Porto (N=7098) e em terceiro o de Lisboa (N=5655). Em quarto lugar, mas muito próximo do número de inquiridos de Lisboa, encontra-se Viseu (N=5421). Esta distribuição não é totalmente congruente com a distribuição populacional do país, na qual os distritos de Lisboa e Porto aparecem inequivocamente em primeiro lugar. Esta diferença deve-se, com elevado grau de certeza, aos CDDN que, fruto dos constrangimentos impostos pela pandemia, não funcionaram no primeiro quadrimestre

Figura 1  
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES NO DDN, POR DISTRITO DE RESIDÊNCIA.



do ano e que acolheriam principalmente jovens destes distritos, nomeadamente o Regimento de Transmissões (Porto), o Regimento de Transportes (Lisboa), o Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 (Queluz) e a Base Naval de Lisboa (Alfeite).

No que concerne à **situação atual** dos jovens participantes no DDN em 2021, e como exposto no gráfico 2, constata-se que 67,8% são estudantes (71,4% em 2019), 7,8% são trabalhadores-estudantes (10,6% em 2019), 16,3% estão empregados (11,9% em 2019) e 8,1% estão desempregados (6,1% em 2019). Ressalva-se ainda o facto de 24,4% dos jovens (18% em 2019) já terem abandonado o sistema de ensino, não estando atualmente a prosseguir as suas qualificações escolares/académicas.

Relativamente ao **nível de escolaridade** [frequentado ou concluído], foi possível verificar que quase 46% dos jovens assinalaram o 12.º ano [51,4% em 2019], enquanto 40% referiu estar a frequentar o ensino superior [23,8% em 2019]<sup>1</sup>.

Analisando a distribuição da escolaridade por sexo, e considerando os dados do gráfico 3, pode observar-se a predominância do sexo feminino no ensino superior [47,1% versus 33,3%, uma diferença superior a 10%] e do sexo masculino no nível de escolaridade correspondente ao 9.º ano ou menos [11,7% versus 4,9%].

Apesar de estes jovens terem aproximadamente a mesma idade e de a grande maioria estar a estudar, em matéria de percurso escolar, estão em situações diferentes, constituindo-se esta diversidade como um desafio para as FA na relação com este público.

O percurso escolar é um aspeto central da vida dos jovens, podendo considerar-se como um vetor determinante no seu desenvolvimento. Atualmente e desde 2013, a escolaridade obrigatória em Portugal é de 12 anos, tendo-se vindo a observar um incremento da taxa de escolarização da população portuguesa. Este incremento é notório no gráfico 4, ilustrativo da evolução das habilitações escolares dos jovens participantes ao longo das várias edições do DDN. Entre 2005 e 2021 é visível um claro aumento da população que frequenta o ensino superior [passou de 13,7% para 40%] ou que concluiu/frequenta o 12.º ano [de 31,8% para 45,8%]. Já os níveis mais baixos de escolaridade evoluíram em sen-

Gráfico 2  
SITUAÇÃO ATUAL DOS PARTICIPANTES NO DDN.

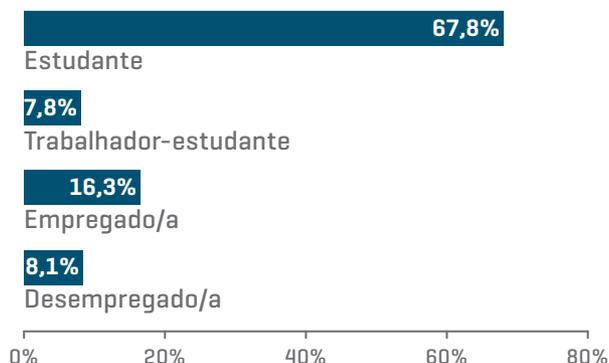


Gráfico 3  
NÍVEL DE ESCOLARIDADE (FREQUENTADO OU CONCLUÍDO) DOS PARTICIPANTES NO DDN, POR SEXO.

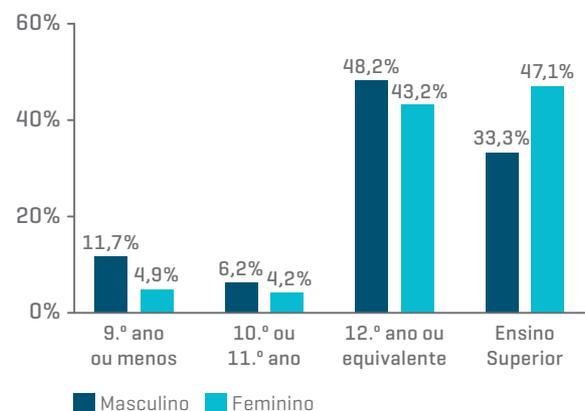


Gráfico 4  
EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO OU FREQUENTADO) DOS PARTICIPANTES NO DDN ENTRE 2005 E 2021.



<sup>1</sup> Na leitura da percentagem de jovens a frequentar o ensino superior em 2021 é importante notar que nesta edição do DDN estão incluídos jovens nascidos em 2001 e 2002, fruto do adiamento da comparação de jovens convocados para o ano de 2020. A confluência destas duas coortes de jovens conduz a que a percentagem dos que frequentam o ensino superior tenda a ser superior à verificada em anos de funcionamento "normal" do DDN, onde a maioria dos jovens presentes reflete os nascidos num único ano.

tido inverso. A população que concluiu/frequenta níveis de escolaridade inferiores ao 9.º ano passou de 15,9% para 1%, ao passo que os que concluíram/frequentam o 9.º ano representavam 21,9% e em 2021 são 7,4%.

Mas a configuração dos níveis de escolaridade tem também um padrão de distribuição regional. A situação é distinta consoante a região do país, o que faz com que a população que se apresenta em cada CDDN seja, conseqüentemente, diferente.

A tabela 1<sup>2</sup> retrata essa diversidade regional, podendo notar-se os menores níveis de escolaridade existentes nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, assim como algumas diferenças nas regiões do Continente. Em Portugal Continental, Setúbal e Beja são os dois distritos com maiores percentagens de jovens com níveis de escolaridade que não excedem o 9.º ano. Pelo contrário, os distritos de Viana do Castelo, Coimbra e Castelo Branco são os que apresentam população jovem mais escolarizada.

Tabela 1

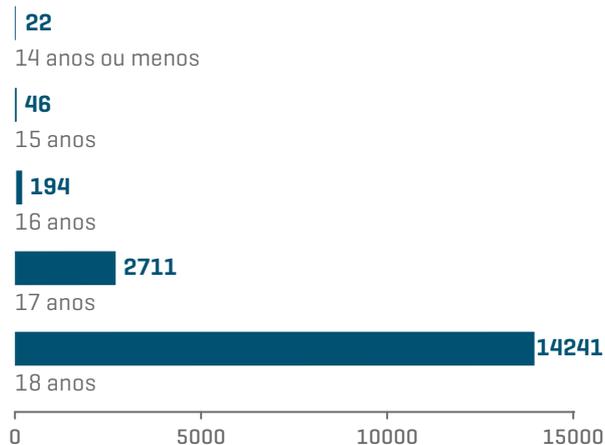
**NÍVEL DE ESCOLARIDADE [CONCLUÍDO OU FREQUENTADO] DOS PARTICIPANTES NO DDN, POR DISTRITO.**

Distrito de residência	9.º ano ou menos	10.º ou 11.º ano	12.º ano	Freq. ensino superior	N.º total
<b>Aveiro</b>	7,6%	3,1%	47,1%	42,2%	10550
Beja	<b>12,1%</b>	<b>6,1%</b>	51,0%	30,8%	1939
Braga	9,1%	4,1%	44,7%	42,1%	2581
Bragança	7,7%	8,0%	47,0%	37,4%	992
<b>Castelo Branco</b>	5,5%	3,5%	<b>37,9%</b>	<b>53,2%</b>	2666
<b>Coimbra</b>	5,4%	3,3%	<b>41,6%</b>	<b>49,7%</b>	4337
Évora	8,7%	5,8%	45,0%	40,5%	2518
Faro	11,1%	5,6%	45,5%	37,8%	3689
Guarda	8,0%	5,3%	51,9%	34,8%	1348
Leiria	8,2%	6,8%	43,6%	41,5%	3690
Lisboa	8,0%	6,7%	46,8%	38,5%	5622
Portalegre	7,8%	5,1%	48,4%	38,7%	1464
Porto	8,6%	4,3%	48,0%	39,1%	7053
Santarém	8,9%	6,8%	42,8%	41,6%	4020
Setúbal	<b>12,4%</b>	<b>7,6%</b>	49,0%	31,0%	1297
<b>Viana do Castelo</b>	4,3%	2,0%	<b>43,3%</b>	<b>50,4%</b>	3203
Vila Real	7,9%	5,6%	43,6%	42,9%	2909
Viseu	8,1%	5,1%	46,8%	40,1%	5388
Angra Heroísmo	<b>16,3%</b>	<b>6,5%</b>	54,6%	22,5%	613
Horta	<b>11,8%</b>	<b>10,8%</b>	50,4%	27,0%	474
Ponta Delgada	<b>18,6%</b>	<b>7,7%</b>	50,3%	23,4%	1357
Madeira	<b>10,1%</b>	<b>13,3%</b>	52,3%	24,2%	2357
<b>Total</b>	<b>9,4%</b>	<b>6,1%</b>	<b>46,9%</b>	<b>37,7%</b>	<b>70067</b>

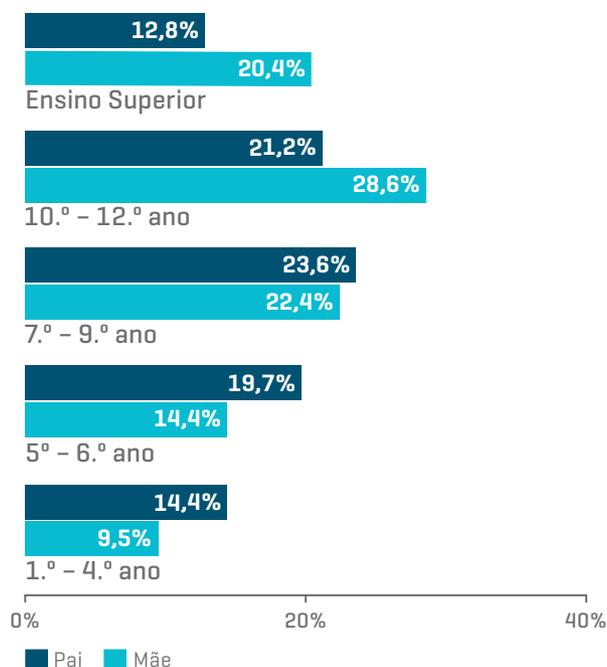
<sup>2</sup> Na análise desta tabela importa ter em conta os já referidos constrangimentos de funcionamento desta edição [em particular a confluência de jovens nascidos em 2001 e 2002 e a suspensão ocorrida no primeiro quadrimestre, período de atividade dos CDDN localizados nos maiores centros urbanos], uma vez que estes fatores têm potencial de influenciar os resultados obtidos.

No gráfico 5 é possível observar a idade em que os participantes deixaram de estudar (independentemente de terem cumprido ou não a escolaridade obrigatória). Embora a grande maioria o tenha feito aos 18 anos, quase 3 mil jovens abandonaram a escola antes de atingirem a maioridade.

**Gráfico 5**  
**NÚMERO DE PARTICIPANTES NO DDN QUE DEIXARAM DE ESTUDAR, POR IDADE (N).**



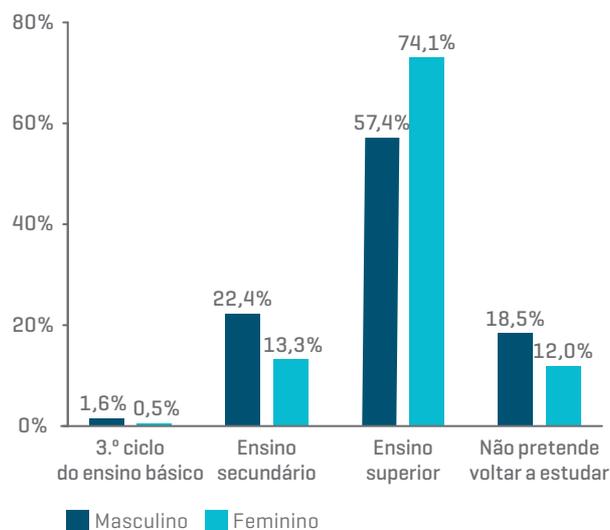
**Gráfico 6**  
**ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS PARTICIPANTES NO DDN.**



No que concerne às habilitações dos pais dos jovens participantes, encontra-se um fenómeno que já tem sido referenciado, em que as mulheres tendem a estar mais representadas nas escolaridades mais elevadas. No gráfico 6, existem mais 7,6% de mães do que pais com o ensino superior. O mesmo se verifica ao nível do ensino secundário, com uma diferença de 7,4%.

A ideia transmitida no parágrafo anterior é reforçada pelo gráfico 7 que evidencia uma clara diferença entre as jovens do sexo feminino e os do sexo masculino quanto à escolaridade máxima que pretendem concluir: 74,1% das jovens ambicionam o ensino superior, uma diferença de 16,7% quando comparado com o sexo masculino.

**Gráfico 7**  
**NÍVEIS DE ESCOLARIDADE AMBICIONADOS PELOS PARTICIPANTES NO DDN, POR SEXO.**



Em complemento da caracterização sociodemográfica até aqui exposta, apresentam-se de seguida mais alguns indicadores que aprofundam o conhecimento desta população. Na figura 2 encontra-se representada a avaliação que os jovens participantes no DDN em 2021 fizeram sobre três áreas da sua vida: **saúde, condição física e satisfação com a vida em geral**. Globalmente, pode dizer-se que estas dimensões são avaliadas de forma bastante positiva pela maioria dos jovens.

É na apreciação da sua condição física que se encontra a proporção mais baixa – 67% dos jovens consideram-na boa ou excelente. Este dado está em consonância com os resultados aferidos numa outra questão relativa à prática desportiva, na qual apenas 38,5% dos participantes responderam afirmativamente, sendo ainda de relevar as expressivas diferenças entre os jovens do sexo masculino [48,7% praticam desporto] e as do sexo feminino [27,8% praticam desporto].

**FIGURA 2.**  
**AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES NO DDN**  
**SOBRE TRÊS ÁREAS DA SUA VIDA.**



Escala: "1 - Fraca" a "7 - Excelente".  
Consideraram-se avaliações positivas as respostas de 5, 6 e 7.

Outro elemento caracterizador de importância fundamental associa-se à relação deste segmento populacional com a tecnologia e com a internet. A **utilização da internet** é praticamente universal junto dos participantes [98%], sendo parte integrante das atividades do seu quotidiano, com 39% dos jovens referirem uma utilização diária igual ou superior a 5 horas e o telemóvel a surgir como principal dispositivo de acesso. Estes dados fornecem pistas importantes sobre os meios através dos quais esta população, já denominada de "iGen" por ser a primeira geração que passou toda a sua adolescência a coexistir com *smartphones*, comunica e procura informação sobre os mais variados temas.

Neste âmbito dos **interesses** dos jovens, foi possível aferir que, entre dezasseis opções, os três temas a que atribuem mais importância são a "família/amigos" [53,8%], a "educação/formação" [51,3%] e a "saúde" [50,5%]. Nesta hierarquia, o tema da "participação e cidadania" surge escalonado no último lugar, assinalado por apenas 2% dos jovens inquiridos. A baixa importância conferida pelos jovens a esta dimensão constitui-se como um desafio para o DDN [e para as FA], uma vez que as temáticas da participação cívica e da cidadania são temas centrais aos seus objetivos.

## Os jovens e as Forças Armadas

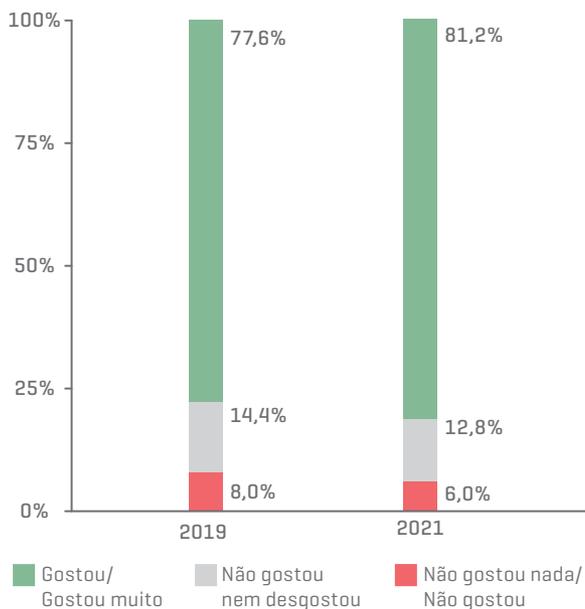
### Apreciação do Dia da Defesa Nacional

A importância e a dimensão do Dia da Defesa Nacional, um dever de cidadania que envolve anualmente um universo populacional superior a 100 mil cidadãos e que por isso se constitui como um dos principais instrumentos na relação das FA com os jovens, justifica uma monitorização constante e abrangente. Neste sentido, a **opinião geral** que os jovens manifestaram sobre a iniciativa é bastante favorável, com 81,2% dos participantes em 2021 a referirem que gostaram ou gostaram muito do Dia [gráfico 8]. Dada a heterogeneidade do público participante [em termos de escolaridade, situação atual e de origem geográfica], e atendendo aos constrangimentos que nos últimos dois anos a pandemia gerou no

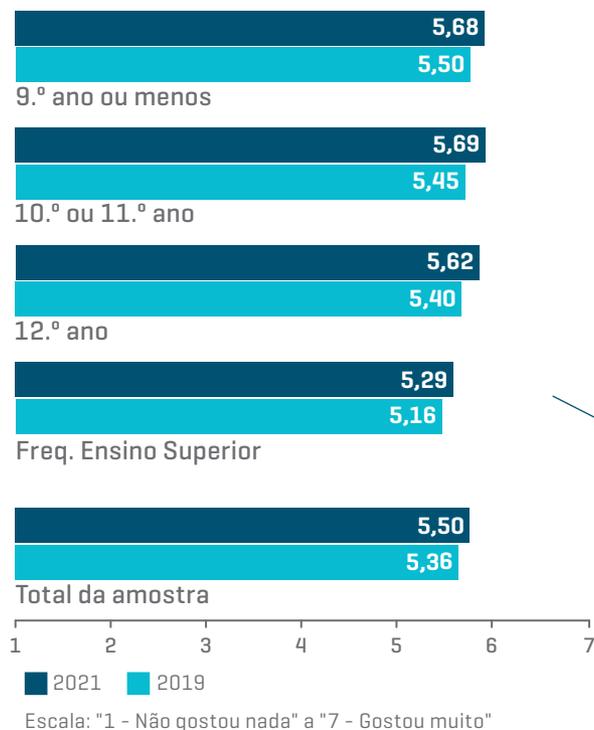
funcionamento do DDN, atingir estes valores de aceitação é bastante positivo, até porque ao longo dos vários anos de realização se tem conseguido uma tendência geral de evolução positiva.

No que respeita à influência da escolaridade nesta apreciação [gráfico 9], em primeiro lugar importa destacar que os valores de apreciação são bastante positivos, em todos os níveis considerados. Isto significa que, em termos de inclusão, o DDN consegue ter um impacto positivo e ajustar-se à diversidade da escolaridade dos jovens. No entanto, importa referir que a relação entre a escolaridade e a apreciação do

**Gráfico 8**  
DISPERSÃO DA OPINIÃO GERAL SOBRE O DDN POR PARTE DOS INQUIRIDOS.



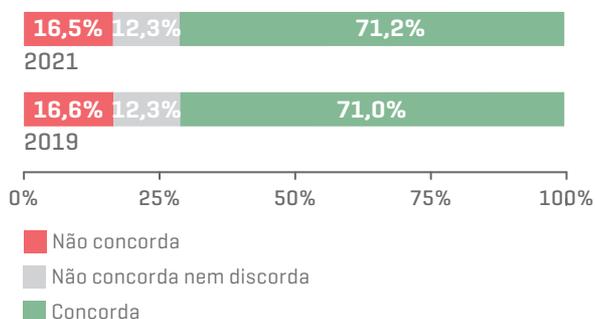
**Gráfico 9**  
VARIAÇÃO DA APECIAÇÃO MÉDIA SOBRE O DDN EM FUNÇÃO DA ESCOLARIDADE.



DDN é ainda inversa, já que à medida que a escolaridade aumenta o grau de apreciação tende a diminuir ligeiramente, mas com progressos positivos face ao ano de 2019.

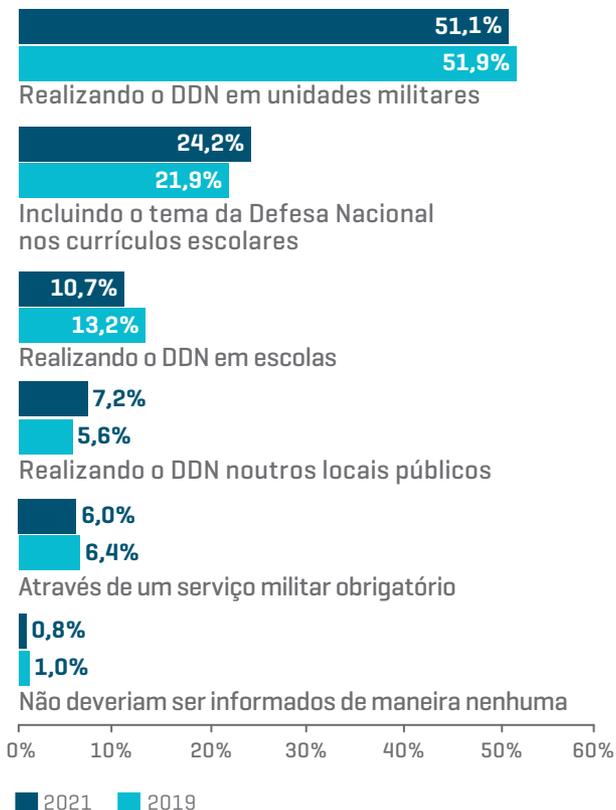
Relativamente à “validação” do DDN, tratando-se de um dever militar de participação obrigatória, importa desde logo compreender a opinião dos jovens relativamente a esses contornos de **obrigatoriedade**. Os resultados expostos no gráfico 10 mostram que 71,2% dos jovens participantes em 2021 concordam com a obrigatoriedade do DDN, valor semelhante ao observado em 2019, e que não revelou variação significativa em função do nível de escolaridade nem do sexo dos participantes.

**Gráfico 10**  
CONCORDÂNCIA COM A OBRIGATORIEDADE DO DDN.



A concordância generalizada com o caráter obrigatório do DDN é, em certa medida, corroborada, pelos dados inscritos no gráfico 11, onde é possível observar que apenas 0,8% dos jovens consideram que não deveria existir qualquer **mecanismo de transmissão de informação sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas**. Questionados sobre a forma como gostariam de ser informados sobre estes temas, a grande maioria dos jovens apontou a realização do DDN em unidades militares ou com presença militar [51,1%]. No entanto, não são de desconsiderar os quase 35% que apontam para uma maior interligação com o universo escolar, seja em termos de espaço de realização, seja em termos de inclusão do tema nos seus programas.

**Gráfico 11**  
COMO DEVEM OS JOVENS SER INFORMADOS SOBRE A DEFESA NACIONAL E AS FA.

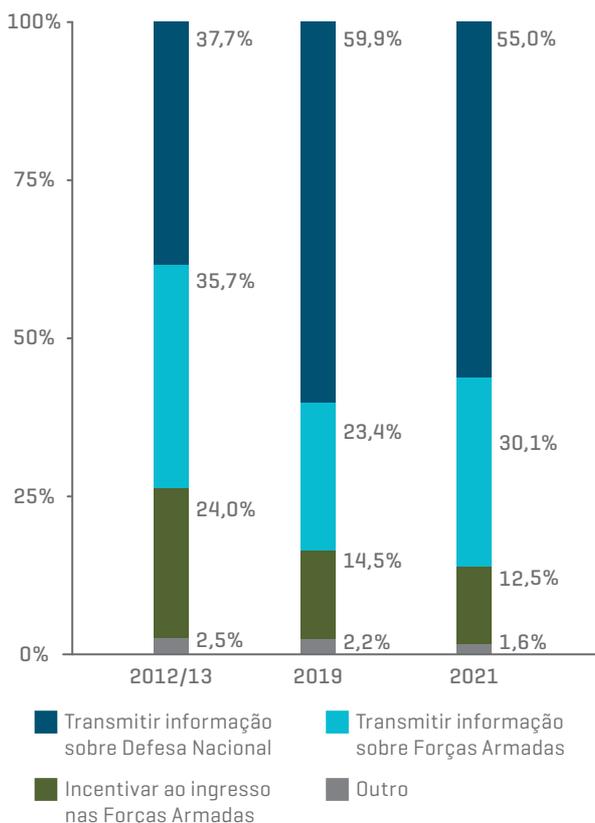


No gráfico 12 é apresentado outro indicador que poderá ser considerado complementar ao de apreciação sobre o DDN, já que se relaciona com o que os jovens consideram ter sido o **objetivo** deste Dia.

No modelo anterior do DDN, mais concretamente até 2012/2013, os jovens consideravam como objetivo principal do mesmo a transmissão de informação sobre as FA [35,7%] e sobre a Defesa Nacional [37,7%], perfazendo estes dois objetivos 73,4% da amostra. Após a reformulação do modelo do DDN, implementada a partir de 2015, a perceção de que o DDN visa a transmissão de informação sobre a Defesa Nacional começou a ganhar preponderância. Em 2019, este foi o objetivo percecionado por quase 60% dos jovens, valor que desceu ligeiramente para 55% em 2021. Pelo contrário, a opinião de que o DDN visa transmitir informação sobre as Forças Armadas regista um incremento de cerca de 7% entre 2019 e 2021, fixando-se nos 30%. Relativamente à proporção de jovens que considera que o objetivo do DDN é o incentivo ao ingresso nas FA, a tendência genérica é de decréscimo, situando-se nos 12,5% em 2021.

Gráfico 12

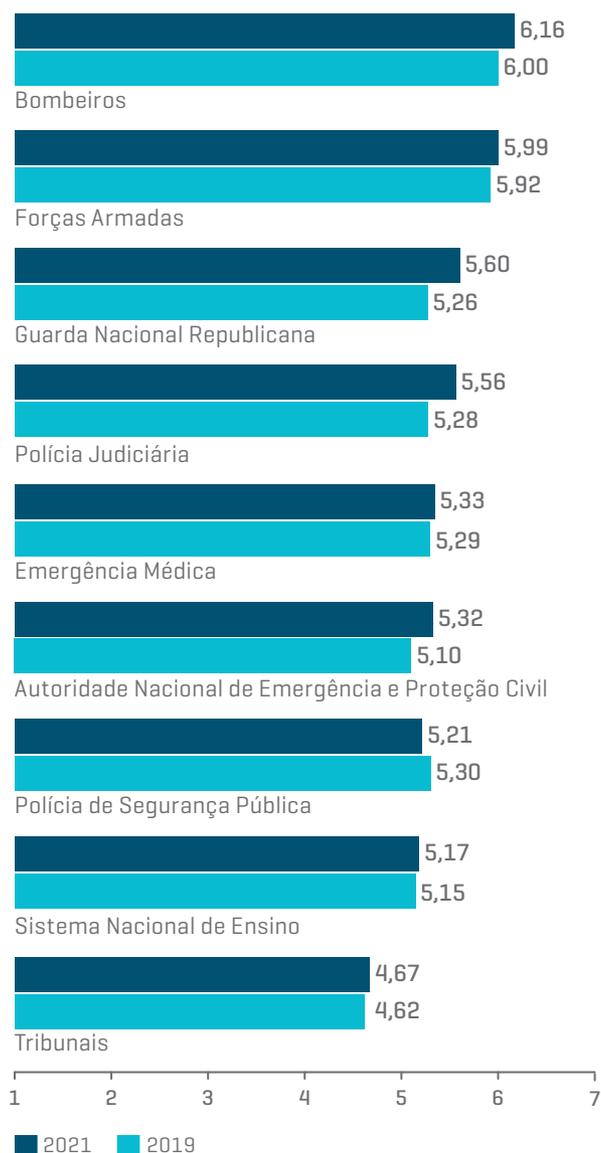
### PERCEÇÃO SOBRE O PRINCIPAL OBJETIVO DO DDN.



## Representações sobre as Forças Armadas

Os resultados apresentados nesta secção visam descrever, em traços gerais, o que os jovens pensam sobre as FA, seja enquanto instituição, seja pelas oportunidades profissionais que proporcionam. A primeira variável considerada, exposta no gráfico 13, compara o **nível médio de confiança** que os jovens atribuem a diversas instituições, ficando a confiança nas FA escalonada em segundo lugar, ultrapassada apenas pela confiança depositada nos Bombeiros.

**Gráfico 13**  
NÍVEL MÉDIO DE CONFIANÇA DOS JOVENS EM DIFERENTES INSTITUIÇÕES.



Escala: "1 - Não confia nada" a "7 - Confia totalmente"

Foi também pedido aos jovens que manifestassem o seu grau de concordância relativamente a um conjunto de afirmações sobre as FA. Os dados obtidos [gráfico 14] demonstram que, de uma forma muito clara, os jovens concordam com a necessidade de existência das FA para a segurança do país, perspetivando-as como uma instituição que reflete valores de disciplina, obediência a regras, solidariedade e entreaajuda. Pronunciam-se também de forma muito favorável.

**Gráfico 14**  
MÉDIA DAS REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS FA.



Escala: "1 - Não concorda nada" a "7 - Concorda totalmente"

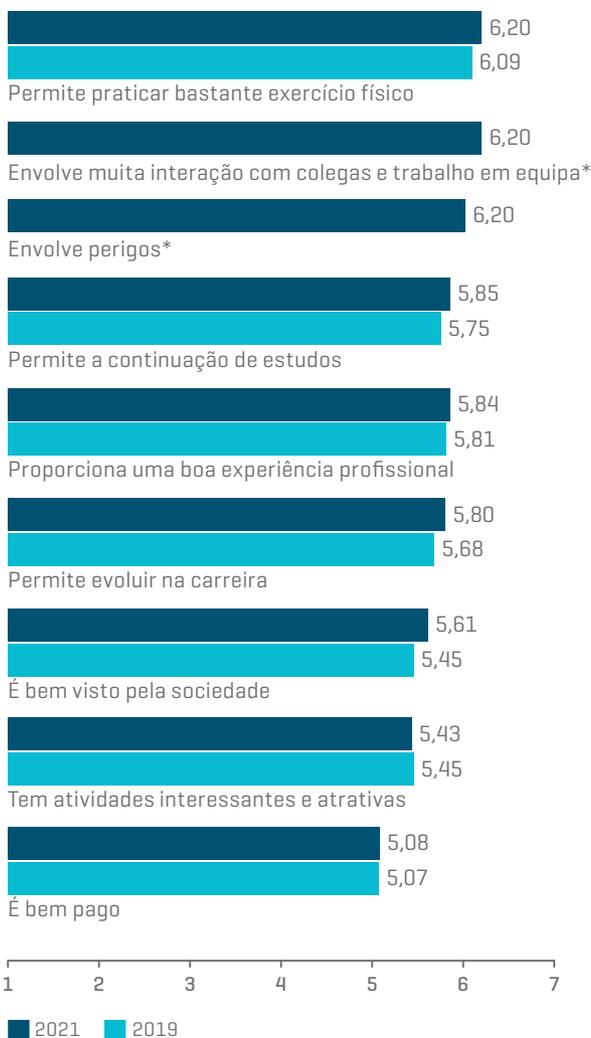
vel relativamente à sua eficácia no cumprimento das missões e ao seu nível de organização. Pode dizer-se que, do ponto de vista **institucional**, as FA têm muito boa aceitação junto da população jovem.

Noutra perspetiva, a das **representações profissionais**, procurou-se perceber o que pensam os jovens, em termos gerais, acerca do emprego proporcionado pelas FA. Os dados obtidos revelam que este domínio de representação apresenta valores mais baixos que a vertente institucional, mas ainda assim muito favoráveis [gráfico 15].

As ideias mais associadas ao emprego proporcionado pelas FA são a prática de exercício físico, o trabalho em equipa, a noção de algum perigo/risco e as oportunidades de prosseguir estudos e de obter experiência profissional. Inversamente, os valores mais baixos de apreciação, embora positivos, prendem-se com a remuneração que proporciona e com o grau de atratividade das atividades que comporta.

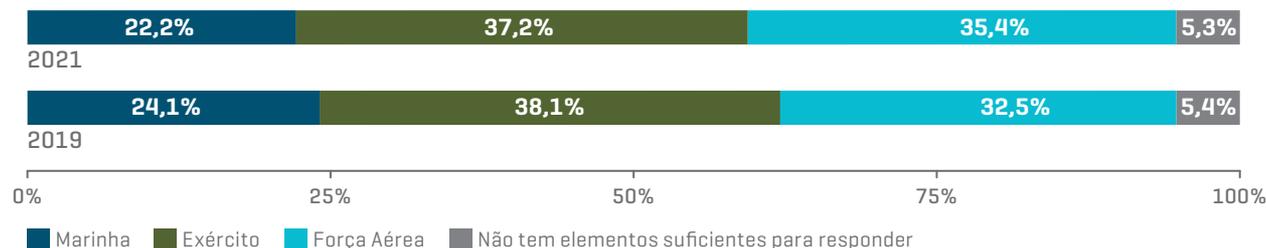
Para finalizar esta temática, aborda-se a questão da **atratividade dos ramos** de uma forma genérica, sem estar associada a intenções de ingresso e apenas para aferir a relação que existe entre os mesmos neste domínio. A informação recolhida permite observar, em 2021, uma taxa de atratividade mais elevada no Exército [37,2%], seguida pela Força Aérea [35,4%] e, por último, a Marinha [22,2%] – gráfico 16. Comparando 2019 e 2021, verifica-se uma ligeira diminuição na atratividade da Marinha e do Exército e um correspondente aumento na atratividade percebida da Força Aérea.

**Gráfico 15**  
**MÉDIA DAS REPRESENTAÇÕES**  
**PROFISSIONAIS DAS FA.**



Escala: "1 - Não concorda nada" a "7 - Concorda totalmente"  
\*Informação não recolhida em 2019

**Gráfico 16**  
**ATRATIVIDADE DOS RAMOS DAS FA.**



## A predisposição para o ingresso nas Forças Armadas

Uma outra dimensão de análise pertinente prende-se com a manifestação de **intenção** dos jovens **em ingressar nas FA**. A este respeito verifica-se que 40% dos jovens participantes em 2021 manifestaram essa predisposição, ao passo que aproximadamente 48% a afastaram [gráfico 17].

Não se trata aqui de afirmar que todos os jovens que denotaram este interesse se vão apresentar como candidatos ao ingresso nas FA. Esta seria uma leitura abusiva dos dados. Trata-se, sim, de um indicador que, associado às representações positivas que detêm sobre as FA, demonstra que a base de trabalho, em matéria de relação com os jovens portugueses, é bastante positiva, não se registando sinais que apontem para nenhum fenómeno de rejeição da Instituição Militar.

Analisando a variação da predisposição para o ingresso em função do sexo, no gráfico 18 é possível constatar

uma influência muito visível desta variável. A percentagem de jovens do sexo masculino que coloca a possibilidade de ingressar nas FA é claramente superior [44,4%] à registada para a população feminina [35,3%].

Comparando os anos extremos do gráfico 18 (2010 e 2021) verifica-se que a percentagem de mulheres interessadas em ingressar nas FA aumentou sensivelmente 7 pontos percentuais. Não obstante, em 2021, o que parecia ser uma tendência relativamente estável de aproximação foi invertida e voltou a haver um afastamento entre a predisposição para o ingresso de ambos os sexos. É também relevante notar que, desde 2018, as mulheres têm evidenciado uma predisposição decrescente para o ingresso, tendência acompanhada pelos homens até 2020, mas invertida neste segmento em 2021. Apenas a análise deste indicador nos próximos anos permitirá aferir se estes valores representam uma variação única ou uma tendência mais estável.

Gráfico 17

### PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA.

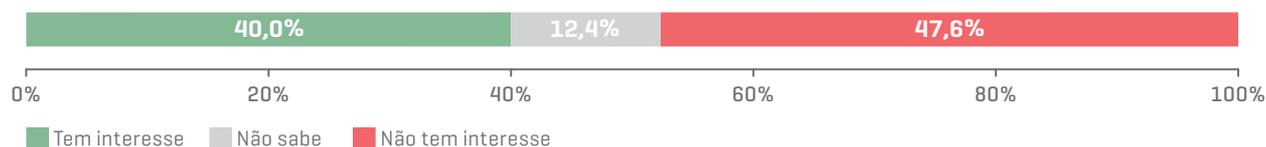
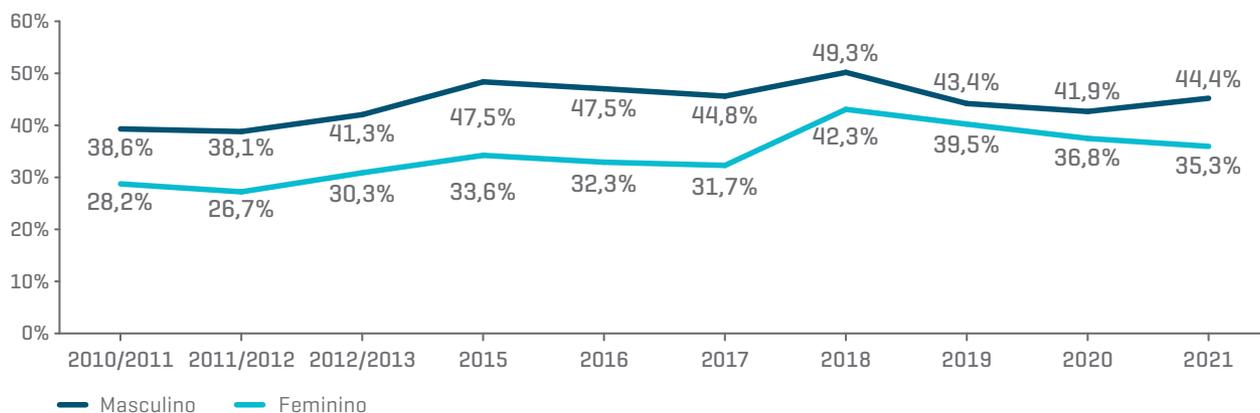


Gráfico 18

### EVOLUÇÃO DA PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA, POR SEXO.

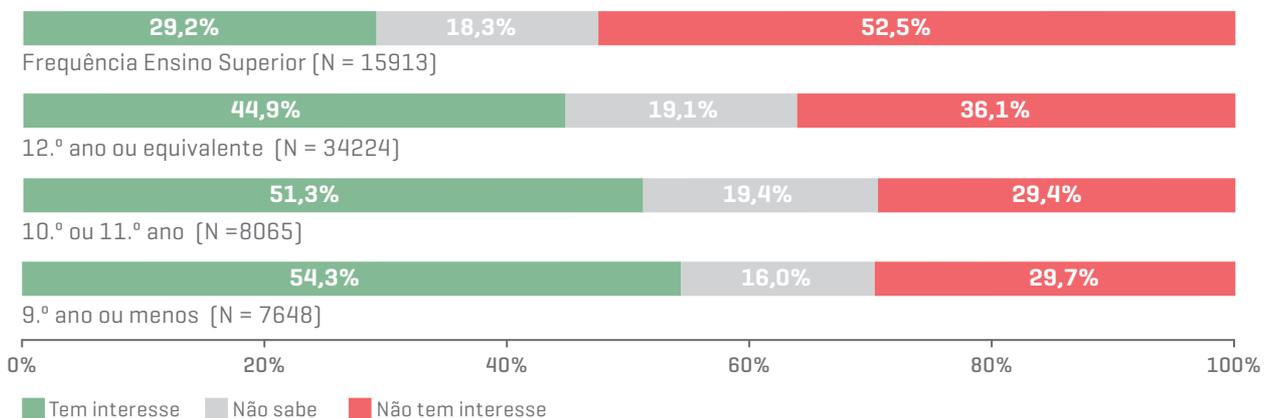


Analisando agora a variação da predisposição para o ingresso em função da escolaridade (gráfico 19), é possível constatar que a percentagem de jovens interessados em ingressar nas FA vai diminuindo à medida

que a escolaridade aumenta. No entanto, ter quase 45% dos jovens que concluíram ou frequentam o 12.º ano [o que equivale a cerca de 14 500 jovens] a não afastar a possibilidade de ingressar é bastante significativo.

Gráfico 19

**PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FA, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (FREQUENTADO OU CONCLUÍDO).**



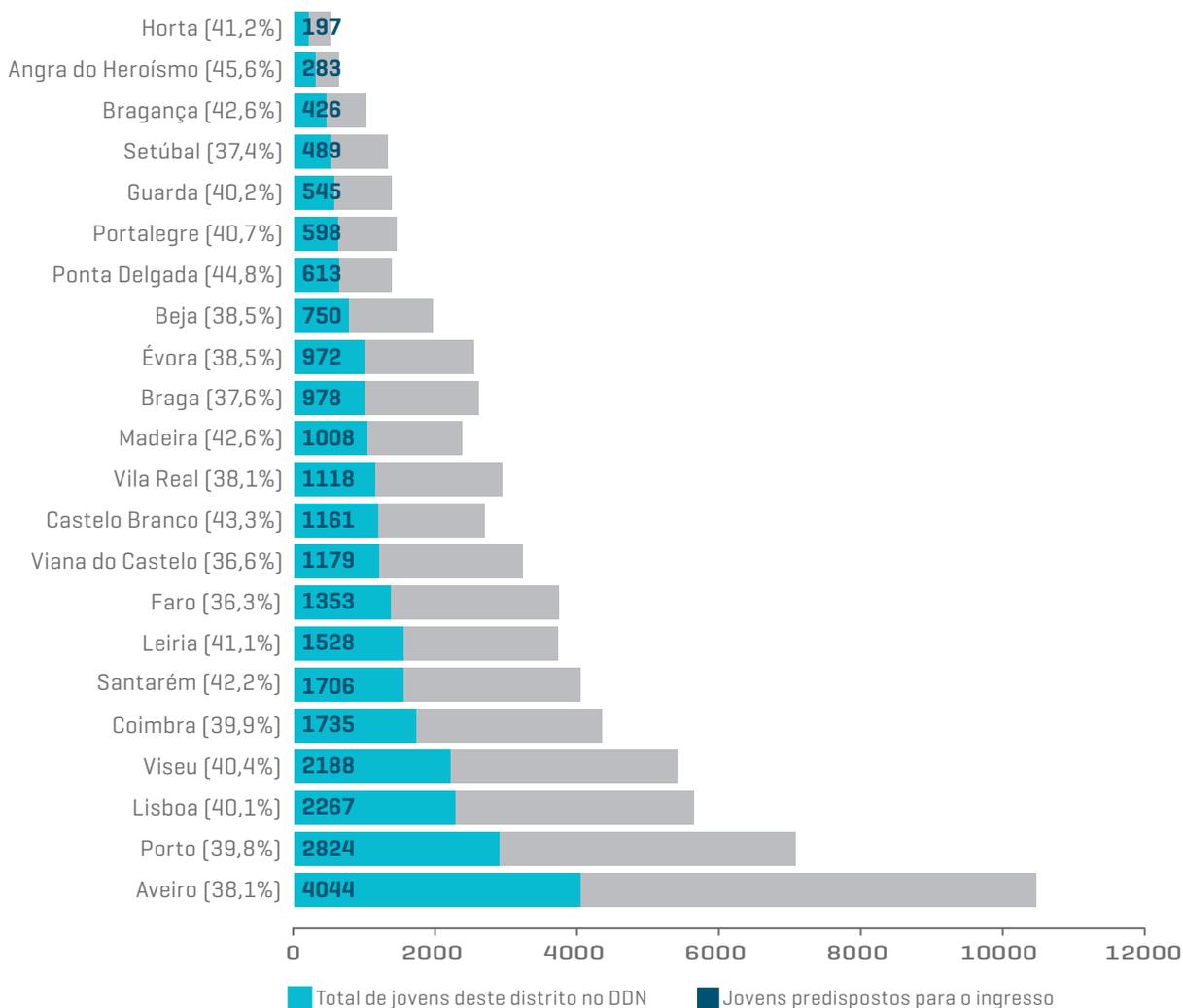
Com objetivos meramente ilustrativos, apresenta-se também a variação desta predisposição para ingresso em função do distrito de residência (gráfico 20), para que assim se perceba quais as regiões do país onde as FA gozam de maior e menor potencial de recrutamento.

É possível constatar uma amplitude de variação da predisposição para o ingresso entre os 36,3%

[Faro] e os 45,6% [Angra do Heroísmo], com uma média global de 39,7%. Focando as regiões com maior expressão numérica de jovens participantes (>3000), é nos distritos de Santarém (42,2%) e Leiria (41,1%) que se encontram índices de predisposição para o ingresso mais elevados, contrastantes com os registados em Faro (36,3%) e em Viana do Castelo (36,6%).

Gráfico 20

### PREDISPOSIÇÃO PARA INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS, POR DISTRITO DE RESIDÊNCIA



Até agora vimos o potencial máximo da predisposição para o ingresso, sendo este composto por sensivelmente 28 mil jovens (apontando apenas os dados dos inquéritos válidos, sem extrapolar para o universo populacional de referência). Quando se delimita o horizonte temporal para a concretização dessa intenção, apurou-se que perto de 17 mil jovens admitiram protagonizar esse ingresso num futuro próximo. Já se esse futuro se situar a 12 meses, o número de potenciais ingressos desce para cerca de 6 mil.

Assim, os dados expostos no gráfico 21 permitem apurar os jovens com maior probabilidade de se tornarem candidatos, mas também aferir o potencial global mais amplo de recrutamento das FA. Ambos os indicadores podem ser melhorados, mas é importante sublinhar que trabalhar com uma base global de aceitação com estas dimensões é revelador de que a profissionalização do Serviço Militar dispõe de condições favoráveis para desenvolver um caminho de sustentabilidade.

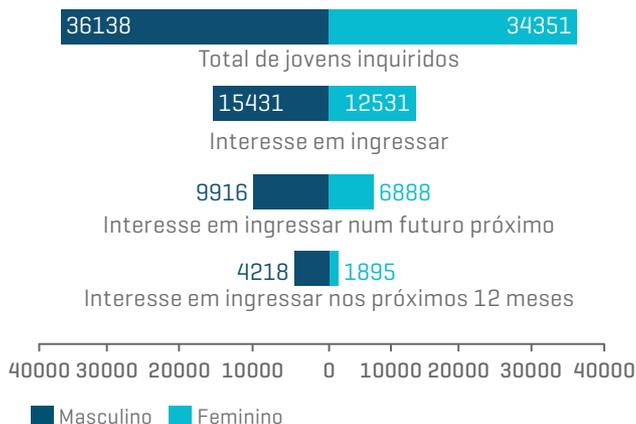
Um outro dado muito importante para efeitos de aferição do posicionamento das Forças Armadas na perspetivação do futuro profissional dos jovens, prende-se com o ramo em que projetam esse ingresso. Os dados obtidos (gráfico 22) demonstram, desde logo, que subjacente à intenção/ideia de ingressar está a escolha de um ramo em particular, uma vez que apenas 8,4%

dos jovens afirmaram não ter uma ideia concreta neste domínio. Trata-se de um elemento relevante em matéria de estruturação e desenvolvimento de processos/estratégias de comunicação.

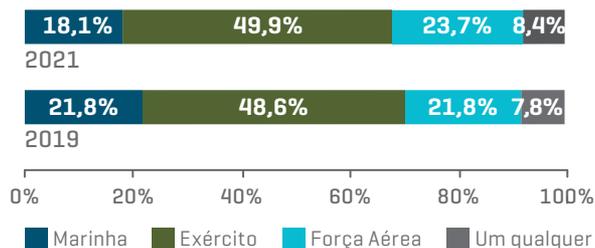
Quanto às preferências expressas em 2021, destaca-se que, dos jovens que afirmaram poder vir a ingressar nas Forças Armadas, nos regimes de voluntariado e de contrato, quase metade escolheu o Exército como ramo preferencial, seguidos de 23,7% que assinalaram a Força Aérea e 18,1% a Marinha. Este escalonamento entre os ramos (com uma significativa distância relativa do Exército face aos demais), já se tinha verificado em anos anteriores como é o caso de 2019, sendo de notar, em comparação com 2021, um ligeiro incremento na preferência pela Força Aérea e um semelhante decréscimo na percentagem de jovens que assinalaram a Marinha.

No que respeita aos motivos com que os jovens justificam as suas intenções (gráfico 23), observa-se como fator mais relevante para o ingresso a perceção de gostar da vida militar [55,2%], seguido pela possibilidade de participação em missões humanitárias e de apoio à paz [54,7%]. Num patamar mais distante, mas ainda relevante, encontram-se os motivos de continuação de estudos e obtenção de formação profissional [25,1%], concurso às Forças de Segurança [20%] e aos quadros permanentes das FA [15,8%].

**Gráfico 21**  
**POTENCIAL DE RECRUTAMENTO DAS FA, POR SEXO.**



**Gráfico 22**  
**RAMO DE PREFERÊNCIA PARA INGRESSO NAS FA.**



Analisando agora o gráfico 24, construído através das respostas dos jovens que não têm intenção de ingressar nas FA, identifica-se como fator mais relevante o interesse na continuação em exclusivo dos estudos [53,3%], seguido do facto de não gostarem das características da vida militar [36,6%] e de não quererem ficar longe de casa e da família [22%]. Ou seja, a continuidade dos processos de qualificação que estes jovens pretendem encetar é que parece

fundamentar o afastamento do ingresso nas FA, podendo por isso ser interpretado como uma justificação assente numa lógica de percurso de vida e menos derivada das características da oferta. Caberá às FA desenvolver estratégias que potenciem o seu papel enquanto parceira ou base de sustentação de percursos/projetos pessoais qualificantes, para conseguirem chegar melhor a este segmento de jovens.

Gráfico 23

### MOTIVOS JUSTIFICATIVOS DA INTENÇÃO DE INGRESSAR NAS FA.

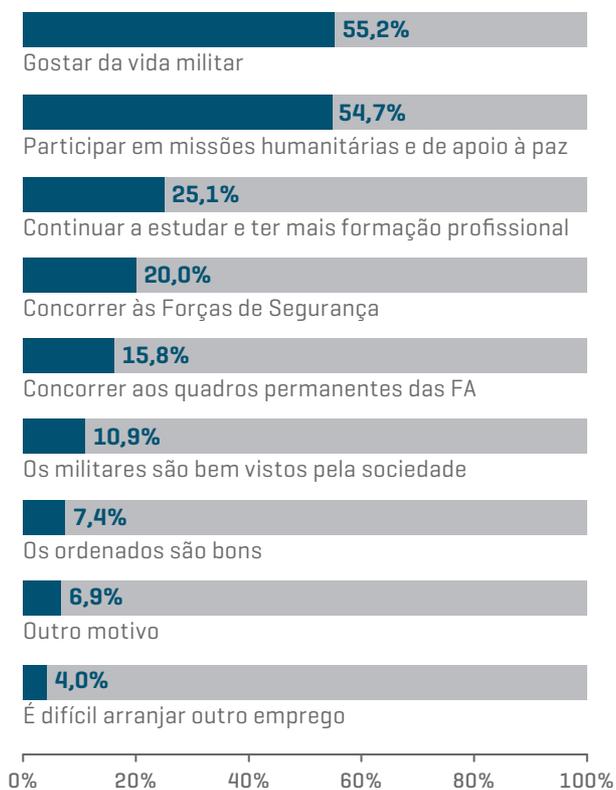
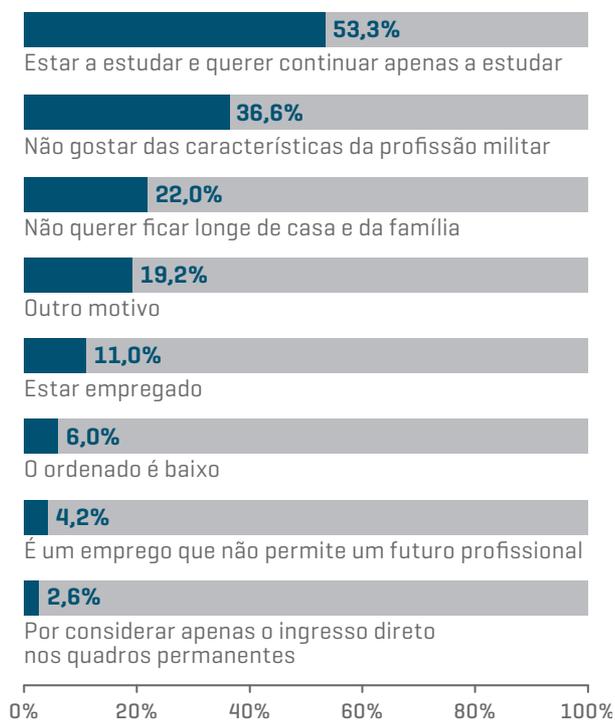


Gráfico 24

### MOTIVOS JUSTIFICATIVOS DA INTENÇÃO DE NÃO INGRESSAR NAS FA.



Conclui-se esta secção contrastando nas figuras 3 e 4 algumas características dos jovens inquiridos que se mostraram interessados no ingresso nas FA com as dos que afastaram esta possibilidade. Resumindo estes perfis, nota-se desde logo a predominância do sexo masculino nos interessados em ingressar, contrastante com a maioria de mulheres no subgrupo dos jovens não interessados, bem como com a maior expressão das percentagens de estudantes a tempo inteiro e dos que ambicionam concluir o ensino superior. Em termos de prática desportiva, a diferença é também significativa, já que nos jovens interessados em ingressar esse é um hábito mais prevalente. O interesse em passar uma semana numa unidade

militar é a variável onde se encontra a diferença mais significativa entre os subgrupos: quase todos os jovens interessados em ingressar acolheriam esta oportunidade, por oposição a apenas 28,5% dos não interessados.

Relativamente às perceções sobre um emprego nas FA, os jovens interessados em ingressar associam-no ao exercício físico, à possibilidade de obter uma experiência profissional positiva e de evoluir na carreira. Ser um emprego bem pago, proporcionar atividades interessantes e atrativas e ser bem visto pela sociedade são as três ideias menos associadas ao emprego nas FA pelos jovens não interessados no ingresso.

Figura 3

### CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS INTERESSADOS EM INGRESSAR NAS FA, NUM FUTURO PRÓXIMO.

#### Os interessados em ingressar:

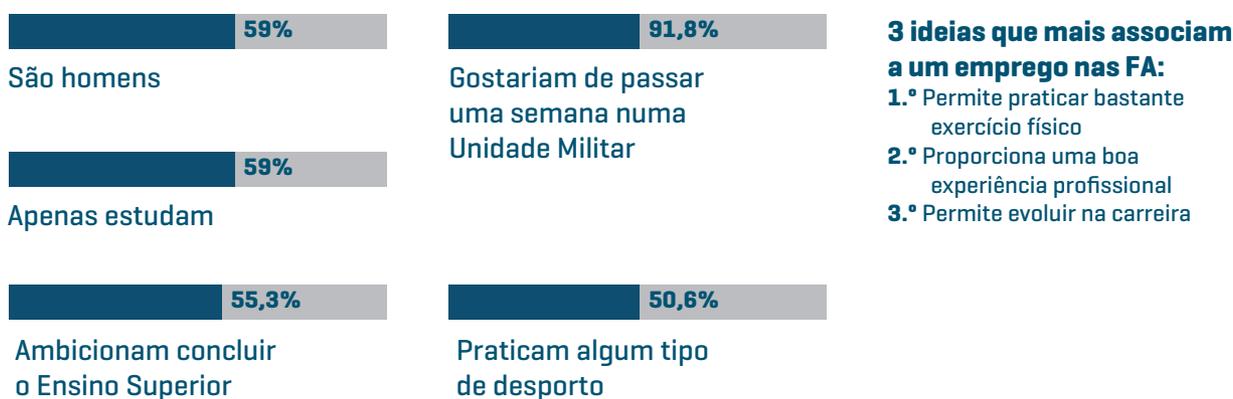


Figura 4

### CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS NÃO INTERESSADOS EM INGRESSAR NAS FA, NUM FUTURO PRÓXIMO.

#### Os não interessados em ingressar:



## O que procuram os jovens num emprego?

Na última parte deste trabalho procurar-se-á analisar quais são as características que os jovens mais valorizam no que perspetivam ser um trabalho ideal, com o objetivo de compreender as suas expectativas face ao emprego e, assim, ajudar as FA no seu posicionamento enquanto empregador. Esta é uma matéria fundamental para conhecer os jovens portugueses e para aferir o potencial de ajustamento entre o que desejam e as oportunidades profissionais das FA.

O gráfico 25 elenca um conjunto de características do contexto de trabalho, ordenando-as pela proporção de jovens participantes no DDN que assinalaram que gostariam ou gostariam muito que esse aspeto estivesse presente no seu emprego. A leitura do gráfico permite concluir que os jovens na faixa etária dos 18-20 anos procuram em primeira instância um trabalho que lhes providencie estabilidade e segurança, nomeadamente em termos de garantia de ordenado. Esta componente da remuneração, na sua dimensão mais quantitativa e material [“Lucro/Ganho”], surge como o segundo aspeto mais valorizado. Ainda que não estejam representados no gráfico 25, é interessante notar que nos resultados obtidos em 2019, a dimensão “Lucro/Ganho” surgiu escalonada apenas em sexto lugar. Esta alteração de posicionamento poderá eventualmente ser explicada pelas questões económicas evocadas pela pandemia e pela maior vulnerabilidade dos jovens em termos de mercado de trabalho [precariedade,

salários baixos, risco de desemprego]. Esta explicação ganha alguma tração quando, como atrás se descreveu, a característica que os jovens mais gostariam de ter no seu trabalho ideal em 2021 foi a “Segurança”, dimensão que na sua descrição remete para a garantia de remuneração. Completando o leque das cinco características mais valorizadas, surge em terceiro lugar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, em quarto a compatibilidade das funções com as qualificações/competências detidas e, por fim, a valorização de um trabalho que proporcione oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Por oposição, as cinco características menos desejadas pelos jovens associam-se a: [1] ter que trabalhar sob pressão em contextos marcados por constrangimentos de tempo e elevada exigência; [2] trabalhar sozinho, sem contacto frequente com outras pessoas; [3] ter que seguir regras instituídas, não podendo questionar o *statu quo* ou expressar as ideias próprias; [4] ter que seguir tradições/costumes instalados; [5] desempenhar tarefas previsíveis e rotineiras.

Com a exceção de trabalhar sozinho, poderá dizer-se que as outras quatro características são comumente associadas a uma visão tradicional das FA, o que se constitui como um desafio em termos de gestão do modelo de profissionalização, nomeadamente ao nível da comunicação e do recrutamento.

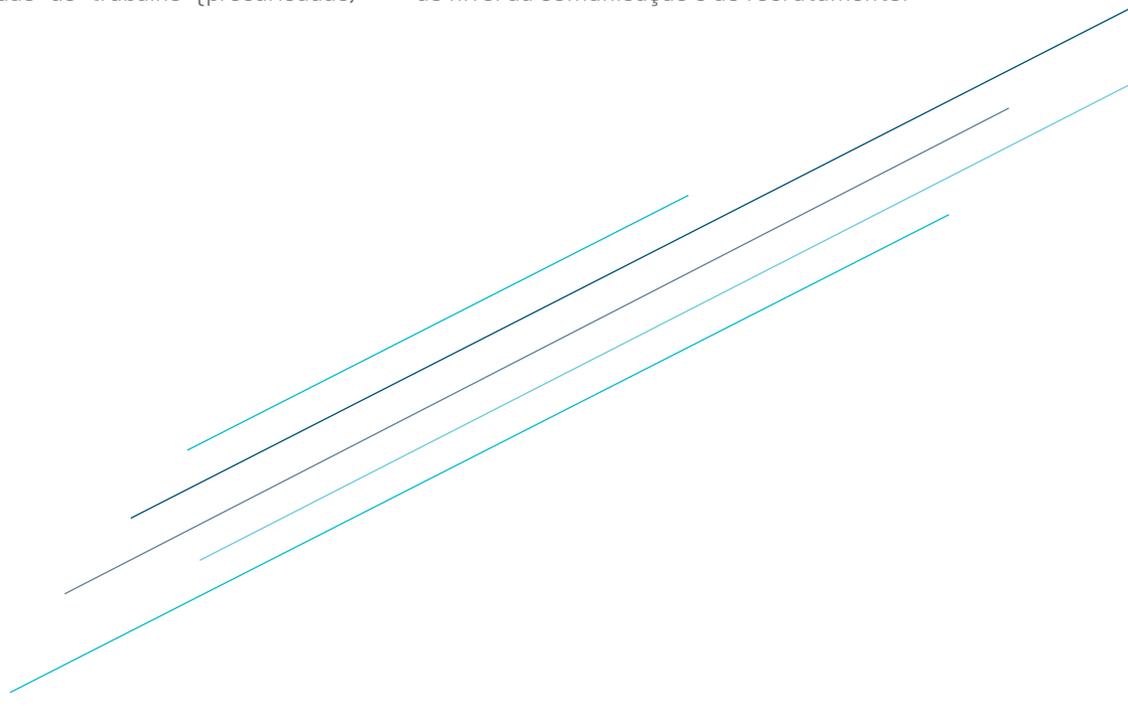
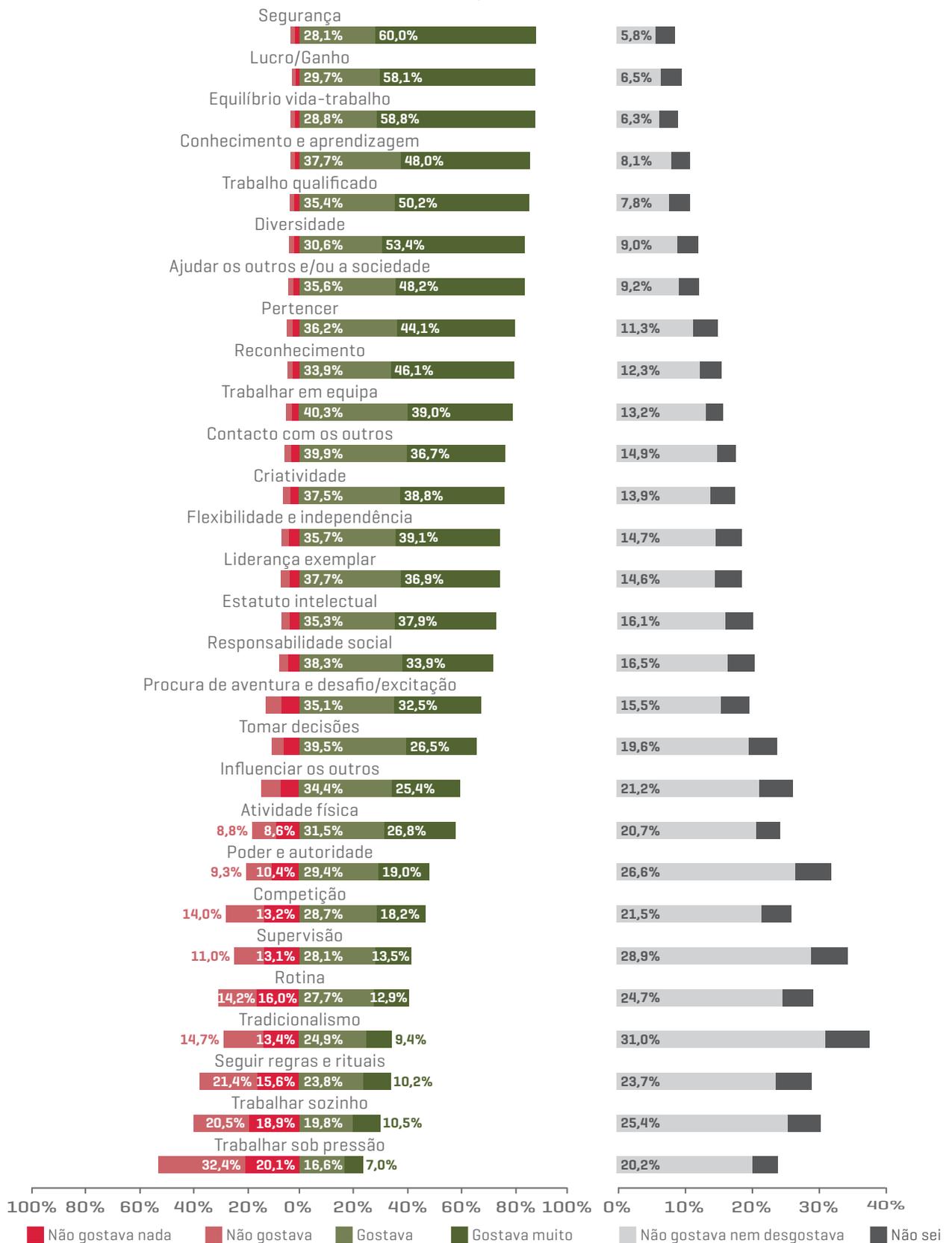


Gráfico 25

**CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO DE TRABALHO IDEAL, SEGUNDO OS JOVENS PARTICIPANTES NO DDN EM 2021.**



Para concluir, na figura 5 contrasta-se o subgrupo de jovens inquiridos que se encontram interessados em ingressar nas FA num futuro próximo com os que afastam esta possibilidade, quanto às características que mais valorizam num emprego. Entre ambos existem mais semelhanças do que diferenças, já que partilham quatro das cinco características mais valorizadas, ainda que ordenadas de forma distinta. A grande diferença entre os subgrupos é a presença da característica “Ajudar os outros e/ou a sociedade” no top 5 dos jovens interessados em ingressar versus a presença da característica “Trabalho qualificado” no dos jovens não interessados em ingressar.

Outro aspeto interessante surge quando se verifica que o subgrupo de interessados em ingressar aponta como segundo aspeto mais apreciado a dimensão de “Lucro/Ganho”, o que poderá significar que o facto de valorizarem a componente remuneratória não implica que afastem o interesse em ingressar nas FA. Daqui poderá inferir-se que as representações que estes jovens detêm sobre as remunerações praticadas nas FA (*vide* gráfico 15) não aparentam ter um efeito negativo na sua inclusão como hipótese de emprego futura.

Figura 5

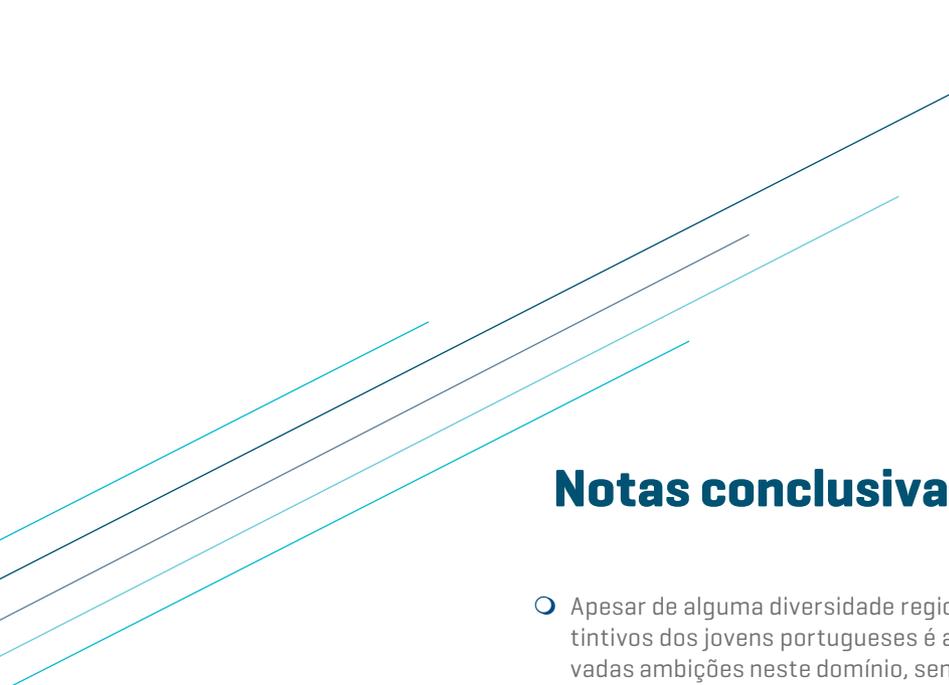
#### COMPARAÇÃO ENTRE OS JOVENS INTERESSADOS E NÃO INTERESSADOS EM INGRESSAR NAS FA NUM FUTURO PRÓXIMO, QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MAIS VALORIZADAS NUM TRABALHO IDEAL.

##### Os interessados em ingressar:

- 1.º Segurança
- 2.º Lucro/ganho
- 3.º Equilíbrio vida-trabalho
- 4.º Ajudar os outros e/ou a sociedade
- 5.º Diversidade

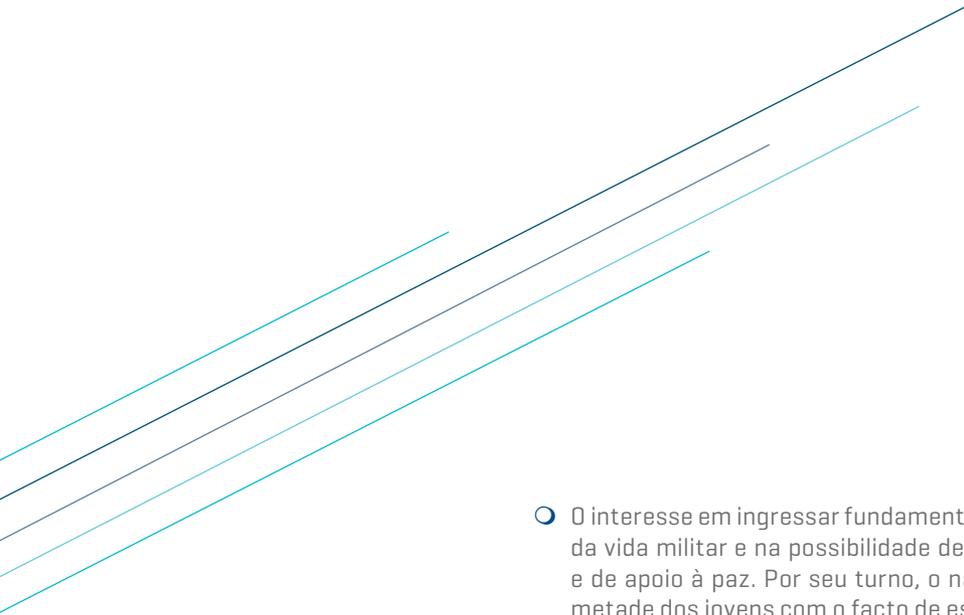
##### Os não interessados em ingressar:

- 1.º Equilíbrio vida-trabalho
- 2.º Segurança
- 3.º Lucro/ganho
- 4.º Diversidade
- 5.º Trabalho qualificado



## Notas conclusivas

- Apesar de alguma diversidade regional relevante, um dos traços mais distintivos dos jovens portugueses é a sua crescente escolarização e as elevadas ambições neste domínio, sendo ambas as dimensões mais vincadas no sexo feminino. Outro aspeto caracterizador deste segmento populacional é a sua relação com a internet, que ocupa uma parte significativa do seu quotidiano, em detrimento, por exemplo, da atividade física regular, praticada por uma percentagem minoritária dos jovens inquiridos.
- Os temas aos quais os jovens atribuem maior importância são a “família/amigos”, a “educação/formação” e a “saúde”, sendo de relevar que a temática da “participação e cidadania” aparece como a que menos importância suscita, o que se constitui como um desafio para o DDN e para as Forças Armadas.
- O Dia da Defesa Nacional, enquanto elemento da relação com os jovens, funciona de forma muito satisfatória. Apesar da obrigatoriedade da participação [com a qual a maioria concorda], é visto como muito interessante, percecionado como momento de informação sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas e a sua implementação em contexto militar é legitimada pelos participantes. Ainda assim, é relevante a percentagem de jovens que aponta para maior interligação do DDN com o universo escolar.
- Os jovens portugueses depositam elevada confiança institucional nas Forças Armadas e têm sobre estas representações muito positivas, tanto numa perspetiva institucional como relativamente à sua proposta profissional.
- O segmento populacional que não afasta a possibilidade de ingresso nas Forças Armadas é relevante em termos quantitativos e demonstra que a base de trabalho é positiva. Há aspetos que podem ser potenciados (maior aceitação no sexo feminino e nos níveis de escolaridade mais elevados), mas eventuais problemas conjunturais de recrutamento não derivam de nenhum processo de rejeição ou de desvalorização das Forças Armadas por parte destes jovens, pelo contrário. Neste domínio, as Forças Armadas têm uma situação muito positiva, pelo que a sua atuação [para atingir patamares mais elevados de atratividade] deverá recair em aspetos associados à configuração [instrumental] da sua oferta.

- 
- O interesse em ingressar fundamenta-se na atração pelas características da vida militar e na possibilidade de participar em missões humanitárias e de apoio à paz. Por seu turno, o não ingresso é justificado por mais de metade dos jovens com o facto de estarem a estudar e pretenderem continuar apenas a estudar, seguido pela não identificação com as características da vida militar. Estes dados sinalizam que um dos mecanismos de incremento da atratividade das Forças Armadas passará inevitavelmente pelo desenvolvimento de estratégias que as consigam posicionar como parceiras nos percursos e projetos de qualificação ambicionados pelos jovens.
  - O trabalho ideal é perspectivado pelos jovens como um contexto que lhes providencie: segurança e estabilidade; boa remuneração; compatibilização da sua vida pessoal e familiar com o trabalho; aprendizagem e desenvolvimento contínuos; funções adequadas às suas competências e qualificações. Inversamente, as características que menos valorizam num emprego associam-se a trabalhar: sob pressão, com constrangimentos de tempo e sob elevada exigência; sem contacto frequente com outras pessoas; sem questionar o *statu quo* nem expressar ideias próprias; seguindo tradições/costumes instalados; desempenhando tarefas altamente previsíveis e que não costumam mudar. Estes indicadores poderão ter implicações relevantes para a gestão do modelo de profissionalização, seja em termos de comunicação e recrutamento, seja ao nível das práticas de gestão dos recursos humanos que já se encontram a prestar serviço militar.



# RECURSOS DA DEFESA

Direção-Geral de Recursos  
da Defesa Nacional

Julho de 2022